

A mulher e o amor no século XVI: afectividade, sexualidade, casamento — uma abordagem do tema

1. O tema apresentado insere-se no âmbito de uma pesquisa mais alargada quer no objectivo quer no tempo e que é exactamente: os papéis sociais das mulheres na cultura portuguesa. E trata-se apenas de uma abordagem do tema. Uma primeira abordagem em ordem absoluta (da nossa parte, pelo menos). E ainda uma primeira abordagem em termos metodológicos: resulta de uma leitura ingénua, embora atenta e minuciosa, das fontes utilizadas, isto é, anterior ao estabelecimento de um quadro teórico. Uma vez construído esse enquadramento, a releitura das mesmas fontes tornar-se-á mais rigorosa, confirmando ou infirmando, de qualquer modo corrigindo e completando as informações agora colhidas.

As fontes escolhidas foram três: *O Livro das Três Virtudes ou Espelho de Cristina*¹, alguns capítulos do *Leal Conselheiro*² e o *Espelho de Casados*³. É esta última obra que vai ser objecto de uma análise mais detida, por ser um texto literário de meados do século XVI em que encontramos simultaneamente o aparelho conceptual aplicado ao tema e uma referência constante à realidade vivida a que tais conceitos se aplicam. Mas, porque os conceitos e o modo como são apresentados e referidos à realidade representam o termo de uma enorme transformação operada ao longo de cerca de dois séculos, não parece descabido, antes pelo contrário, remontar ao ponto de partida e tentar surpreender a transição a fazer-se. Por isso partimos do *Espelho de Cristina* e passámos pelo *Leal Conselheiro* antes de chegar ao *Espelho de Casados*. Vejamos rapidamente o que encontramos no *Espelho de Cristina*, nome por que foi mais conhecido entre nós o *Livre des Trois Vertues*.

O capítulo em que expressamente e de modo mais directo se trata de amor é assim intitulado: «Como se ela deve haver com seu senhor.» A autora

* Instituto Português de Ensino à Distância/Projecto Universidade Aberta.

¹ Desta obra impressa na oficina de Hernan de Campos, em 1518, conhecem-se hoje quatro exemplares, guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca da Ajuda, no espólio de D. Manuel II, em Vila Viçosa, e na Biblioteca Nacional de Madrid.

Na Biblioteca de Madrid encontra-se ainda um manuscrito que deve ser a tradução inicial a partir da qual se fez a impressão do livro. O manuscrito foi publicado e estudado, no aspecto linguístico, por Dorothee Cartens-Grokenberger, em 1961, numa obra intitulada: *Christine de Pisan Buch Von Drei Tugenden im Portugiesischer Übersetzung*, Minister Westfalen, 1961. Foi o texto do manuscrito publicado que utilizámos.

² O original deve ter sido acabado de redigir em 1438. Foi editado pela primeira vez na Real Biblioteca Municipal do Porto, em 1911. Há uma edição crítica e anotada de Joseph M. Piel, Lisboa, 1942. A edição mais recente é a da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1983. Foi o texto desta última impressão que seguimos.

³ A primeira impressão fez-se no Porto, em 1540. Há uma segunda também do Porto, datada de 1983. Foi a edição de 1873 a seguida neste trabalho.

está, nesta primeira parte do livro, a dirigir-se às princesas e grandes senhoras, mas acentua que tais ensinamentos devem ser igualmente seguidos pelas mulheres casadas de quaisquer outros estados.

Três grandes deveres têm as mulheres casadas: amar o marido e viver em paz com ele; conhecer as regras de conduta que lhes permitem conservar e aumentar o amor; dar ao marido, e a toda a gente em geral, provas desse amor. (O dever de amar o marido parece assentar primeiramente numa razão bastante pragmática: a de que quem o não fizer, em vez de viver em paz, terá o inferno em vida.)

Quanto aos comportamentos que permitem preservar e acrescentar este amor, são, ao mesmo tempo, maneiras que tornam esse amor conhecido do marido e lhe dão a indispensável publicidade. Apontemos esses comportamentos em relação ao marido:

- Deve estar junto dele sempre que a lealdade e o amor o exigem;
- Deve ser humilde para com ele em todos os actos e palavras;
- Deve obedecer-lhe incondicionalmente (o que, aliás, pode trazer-lhe algumas vantagens);
- Deve-lhe solicitude em tudo o que é do interesse dele.

Para a cura da alma encontrará ajuda eficaz no confessor do marido (o que igualmente se prevê lhe traga alguns benefícios a ela). Em todas as esmolas que distribuir e obras piedosas que fizer recomendará o marido às orações dos beneficiados. No que toca ao corpo, terá um cuidado especial que passa pela colheita assídua de notícias junto dos físicos e dos camareiros que o servem.

Sempre que o marido se ausente em viagem demorada ou perigosa, há-de rezar e promover preces públicas. E pela mesma intenção fará ofertas e aumentará as esmolas. Os seus sentimentos terão ainda um modo muito peculiar de se manifestar, sendo mais rigorosa na modéstia do vestuário. No regresso recebê-lo-á com públicas manifestações de «onra» e «omildade». E aos que o acompanharam e melhor o serviram e protegeram enquanto esteve fora distinguirá com dons.

Antecipando-se a possíveis críticas, Cristina reconhece que nem sempre as boas relações entre marido e mulher são assim tão simples de alcançar com as receitas que dá. E defende-se alegando que está apenas a falar a todas as mulheres do amor que devem a seus maridos, embora saiba bem que nem todos são merecedores de um tal amor⁴.

Antes de aproximarmos esta noção de amor conjugal (no caso apenas da mulher pelo marido) das que iremos encontrar nas outras fontes utilizadas, vamos referir as regras que, mais adiante, o livro propõe às damas que na corte servem a senhora.

O primeiro dever de quem serve é amar, diz. Quer a senhora «seja boa ou má». E, porque assim é, encontra a necessidade de explicitar em que consiste esse amor, de que a afectividade pode estar completamente excluída.

Tal amor consiste «em lhe teer fee e lealdade em todas as maneiras». Fé e lealdade que se provam de vários modos, dos quais a autora destaca alguns. Em primeiro lugar, esse amor impõe que se deseje para a senhora

⁴ *O Livro das Três Virtudes ou Espelho de Cristina*, pp. 60-63, fls. 20-22 do manuscrito de Madrid.

todo o bem espiritual, que se procure proporcionar-lhe tal bem, que se lhe dêem bons conselhos. E ainda que se não dificulte à senhora o alcance de tal bem, atingindo-a com palavras ásperas ou desonestas, com maledicência ou com lisonjas. Em segundo lugar, a fé e a lealdade da servidora exigem-lhe que guarde como suas as coisas da sua senhora, contra tudo e contra todos. E ainda que a defenda e louve mesmo, ou sobretudo, quando ela está ausente. A fé e a lealdade que ligam a dama à senhora que serve não lhe permitem pactuar com nenhuma acção pecaminosa em que esta se envolva, mas, se, por acaso, a senhora erra e por isso corre algum risco de desonra, então a servidora pode salvá-la, inclusive tomando para si a vergonha e o castigo que àquela caberiam⁵.

Basicamente, portanto, o dever de amor da mulher em relação ao marido é idêntico ao da servidora em relação à sua senhora. A autora viveu numa sociedade em que funcionava ainda a organização social do feudalismo e onde existiam ainda também as regras do amor cortês. Aliás, não falta quem defenda, como um dos factores que pesaram no aparecimento e importância do amor cortês, a violência dos costumes feudais, designadamente no que diz respeito ao modo como se faziam os casamentos: sobre interesses materiais e sociais, sem ter de maneira nenhuma em conta os sentimentos dos esposos. As mulheres eram particularmente prejudicadas neste processo, simples moeda de troca entre os interesses da família em que nasceram e os daquela em que iam entrar pelo casamento. O amor cortês traz regras que possibilitam o amor fora do casamento, seja embora platónico (o que nem sempre será o caso). Por outro lado, a mulher, nas regras do amor cortês, é promovida a senhora, é venerada e servida, é desejada e obedecida e tem direito à castidade, ao segredo e à espera sem esperança do servidor. Como nos diz Denis de Rougemont, o que o amor cortês «exalta é o amor fora do casamento, porque o casamento significa apenas a união dos corpos, enquanto o *amor*, que é o Eros supremo, é o transporte da alma para a união luminosa, para lá de todo o amor possível nesta vida. Eis porque o amor supõe a castidade»⁶. Parece-nos assim que encontramos no amor cortês os mesmos papéis que na relação feudal entre suserano e vassallos, só que são outros personagens a desempenhá-los. Em vez de um senhor e vassallos, uma senhora e vassallos. No amor que, segundo Cristina de Pisano, a esposa deve ao esposo continuamos a encontrar a mesma estrutura, mas mais uma vez os papéis são desempenhados por outros personagens. Agora o marido é o senhor e a esposa deve comportar-se como vassallo dócil. A sua honra e bom nome crescerão na medida em que se esmerar na fidelidade, submissão e serviço ao marido. Na vida real, que se situa fora das regras do amor cortês, continua a parecer natural a autonomia de duas esferas que incidentalmente podem chegar a coincidir: a do amor (atração física e sentimental) e a do casamento. Instituição-base da sociedade e destinada a conservá-la tal como estava organizada, e justificada, na doutrina da Igreja, pela perpetuação da espécie e como remédio contra a luxúria, quem ousaria contestar o casamento? A Igreja e o Estado esforçaram-se por controlá-lo e aos olhos dos grupos sociais aparecia como assunto a ser tratado segundo o jogo dos interesses materiais. Só que amiúde homens e mulheres se escapavam por entre as malhas racionais. Poderia ser o refúgio num amor platónico, mas era muitas vezes o adultério.

⁵ *O Livro das Três Virtudes (...)*, pp. 94-97, fls. 48-51, e pp. 104-105, fls. 56-57 do manuscrito de Madrid.

⁶ Denis de Rougemont, *O Amor e o Ocidente*, Lisboa, Moraes Editores, 2.ª ed., 1982.

Quantas vezes começando pelo primeiro se vinha a desembocar no segundo. Convém, no entanto, acentuar que há uma diferença importante entre o adultério dos homens e o das mulheres. Sempre condenável, é particularmente grave no caso da mulher casada, visto que, numa sociedade patriarcal, a infidelidade da mulher pode transferir o poder e os bens de uma linhagem para outra.

Que eram aceites como naturais as infidelidades do marido, a autora encarrega-se de nos elucidar sobre isso quando insiste em que os deveres da esposa permanecem, qualquer que seja o comportamento do marido. Mas que a fidelidade daquelas não corresponde sempre às expectativas sociais e aos ensinamentos do tratado também se depreende da insistência posta nas advertências aos perigos que correm as mulheres quando não se distanciam e resguardam relativamente aos homens que as cercam⁷. Três longos capítulos sobre todo o processo que pode seguir o amor adulterino nascido no coração de uma jovem recém-casada terminam a primeira parte do *Espelho de Cristina*. Quando pensamos que se trata de uma prenda de casamento destinada a uma princesa que vai casar-se, não há motivo para se manterem muitas ilusões sobre a raridade da quebra dos deveres conjugais por parte das esposas. E, se assim era na corte, não seria muito diferente nas outras classes. A todas as mulheres a autora recomenda recolhimento e modéstia no vestuário e nas atitudes. A todas enaltece, sobretudo, a virtude da temperança, que reputa garantia da castidade. Enfim, todos os reitamentos serão poucos por parte das mulheres, dada a forte disposição dos homens para saltarem as barreiras institucionais e culturais, convencendo-as com suspiros e promessas, a partilharem com eles aventuras amorosas.

Estabelecer a muralha defensiva em torno das mulheres necessitava de ser tão forte devido ao ímpeto dos assaltantes ou à fraca vontade de resistir por parte das sitiadas? De qualquer modo, tratava-se quase sempre de viver um amor nascido à distância, mantido à custa de trocas furtivas de olhares, de sinais nos gestos ou no vestuário, de mensagens e presentes enviados e recebidos através de intermediários. Quando os interessados chegavam finalmente a encontrar-se, esse era um encontro de duas pessoas que se amavam ou que amavam uma relação criada pela imaginação de cada um e alimentada pela literatura romanesca da época?

Seria impossível no século XVI um amor conjugal diferente do preconizado por Cristina de Pisano? Certamente. A própria se encarrega de referir o «grande amor» que é costume encontrar-se entre os recém-casados. Mas que seria realmente para essas nossas antepassadas o amor? As mentalidades terão evoluído tanto que o amor entre o homem e a mulher, casados ou não, implicava os mesmos componentes físicos e psíquicos que hoje conhecemos, ou, pelo contrário, as estruturas psíquicas são tão resistentes às mudanças dos tempos e das vontades que essa realidade amor permaneceu a mesma?

2. No *Leal Conselheiro*, tratado escrito para servir de guia de vida virtuosa a homens da corte, segundo o próprio autor, aparecem alguns

7

(...) Tam bõo nome nom pode aver alguãa molher/como amar verdadeiramente seu senhor, e seer lhe leal verdadeira que he o direito sinal damor e quem ama nom pode errar. E pollos ssynaaes de fora se julga a booa pessoa/e assi do contrario. (*O Livro das Três Virtudes ou Espelho de Cristina*, p. 62, fl. 21 do manuscrito de Madrid.)

capítulos dedicados ao tema que nos interessa. E aí encontramos uma concepção de amor substancialmente diversa daquela que Cristina de Pisano aponta às mulheres: não já apenas o cumprimento de um dever, mas a vivência de um sentimento; e, enquanto dever, não sem contrapartidas afectivas, mas com as de um agradável sentimento partilhado. Para D. Duarte, sem excluir o bom uso da razão, o amor, conjugal ou outro, inclui deveres, mas enraíza no coração. Em sentido lato, sabe-se que pode nascer devido ao parentesco, à bondade, à fama ou a qualquer outro valor que se reconhece no outro ou nos outros. Pode crescer esta inclinação até se transformar em amor, isto é, até se desejar para aqueles que se amam todo o bem possível, sentindo felicidade por consegui-lo, e até se desejar ser amado reciprocamente de modo idêntico. Assim, nas palavras de D. Duarte, o amor dá «contentamento de amar, ser amado e lograr afeição daquela pessoa que mui singularmente ama, faz sentir continuado prazer, no qual vivem os bons e virtuosos amigos da verdadeira amizade, como deve ser entre marido e mulher, parentes, servidores (...)». Surgindo e crescendo em certas circunstâncias, as relações amistosas entre as pessoas diversificam-se contudo em quatro espécies: benquerença, desejo de bem-fazer, amores, amizade. Nesta classificação há, de certo modo, uma diferença de grau e também de qualidade. Digamos que se parte do grau menos intenso — benquerença — para o mais elevado — amizade. A diferença qualitativa marca-se no plural usado em amores, por oposição ao singular usado nas outras três espécies. Essa diferença que distingue os amores das outras espécies e graus de amor consiste em as pessoas que amam tenderem para desejar sobretudo serem amadas e chegarem a uma intimidade grande com a pessoa amada. É um sentimento dominado pelo coração, escapando ao controlo da razão. É uma afeição que faz desejar estar «rijo e continuamente achegados, como namorados». Os «amores» são, de certo modo, contrários aos que por eles se deixam dominar, porque muitas vezes se ama sem correspondência e porque, não sendo esses amores regidos pela razão, podem crescer tanto que conduzam a desvarios no comportamento.

Somos levados a identificar ou a aproximar estes amores do amor-paixão. É interessante notar que, ao iniciar o capítulo a que dá o título «Da maneira como se devem amar os casados», D. Duarte não exclui esta forma de amar (os amores) do amor conjugal. Pelo contrário, é de opinião que «os bem casados» se devem amar das quatro maneiras indicadas. Falando da sua experiência, afirma ter conhecido casais que chegaram a essa perfeição de amor. Contudo, também deixa perceber que nem sempre tal será possível, menos ainda fácil. Os sentimentos fortes, o desejo, a deleitação, a tristeza que caracterizam os «rijos amores» não podem forçar-se no parceiro, quando muito podem despertar-se com tempo, paciência e delicadeza. D. Duarte fala como homem que é e atribui aos homens os sentimentos assim caracterizados e aconselha os seus semelhantes a alcançar a resposta que desejam, «tendo sempre com elas aquela maneira que nos prazeria que elas tivessem connosco». Mas há uma reticência. Procedendo deste modo, diz, os maridos das «boas» mulheres poderão estar certos de que serão amados e obedecidos por elas. Mesmo o meio eficaz de as «boas» mulheres recearem melhor os seus maridos é estes «trabalharem por ser delas bem amados», confirma numa outra passagem. A doutrina que expende só se aplica portanto às boas mulheres, o que faz supor que as outras, merecedoras de menor confiança, poderão e deverão ser tratadas com menos magnanimidade e maior aspereza.

Não podemos negar que há um progresso relativamente ao que propunha Cristina de Pisano. Esta entendia o amor como um dever da mulher para o marido. D. Duarte entende-o como um sentimento recíproco. Recíproco, mas não igualitário, visto que as mulheres devem temer e obedecer a seus maridos. É o amor dos maridos, tal como o descreve, só é devido às boas mulheres. É certo que se recusa a falar das más (termo que nos parece designar as inconstantes, levianas e, *in limine*, infiéis) e que, ingenuamente, idealisticamente ou apologeticamente, declara não ter notícia de que exista alguma em Portugal de um certo grau social para cima.

Nem todos os seus súbditos o entenderiam assim e os ciúmes maritais deveriam ser tão frequentemente perturbadores do bom entendimento conjugal que D. Duarte, depois de ter afirmado que o perfeito amor entre casados deveria conter também os «amores», acaba por concluir que mais vale viverem os cônjuges «com benquerença de perfeita amizade» do que «com amores, os quais muitos de ciúmes são acompanhados». Dedicar todo um capítulo a descrever os «amores» e a explicar por que motivos provocam sentimentos mais fortes e duradouros no coração e defende que não são sinal de mais e melhor amor:

E não filhemos que melhor ama quem mais sente, como fazem os namorados. mas aqueles que mais realmente mantêm e guardam as boas leis da amizade (...)⁸

Embora de modo mais tranquilo do que a primeira autora, também D. Duarte entende que são perigosas as aproximações carnis e as conversas íntimas e repetidas entre homens e mulheres (incluindo confessores e confessadas). É certo que o capítulo que dedica ao assunto é tirado de um escrito que atribui a São Tomás de Aquino sobre a confissão e dirigido aos espirituais. Mas isso não deixa de sugerir que, afinal, a pureza de costumes não seria tão generalizada como antes afirmara, bem pelo contrário.

3. E é, finalmente, o momento de conhecermos as informações que nos chegam através do *Espelho de Casados*. Mais uma vez se trata de um leigo, sabedor de teologia e leis, mas também sagaz observador da vida e conhecedor das pessoas.

A obra compõe-se de quatro partes: a primeira assume a forma de carta de um homem que, em doze capítulos, expõe os motivos que o fazem decidir não se casar (continuando no estado laical), razões que radicam todas nos defeitos das mulheres amplamente descritos; na segunda parte expõem-se, também em doze capítulos, razões decisivas a favor do casamento, deixando para a terceira parte a contradição taca a taca das alegações invocadas na primeira parte; finalmente, na quarta parte do livro, o autor encerra o tratado sobre o casamento indicando os doze requisitos necessários para que os casamentos sejam bem sucedidos. A obra, para além do valor literário, é toda extremamente interessante para a história das mentalidades, mas dela procurámos apenas reter algo que possa ajudar-nos a penetrar um pouco mais no conceito e vivência do amor no século XVI. Assim, procurámos ao longo da obra aquilo que o Dr. João de Barros explicita sobre o amor e o casamento.

Quanto ao amor, encontramos uma distinção clara entre duas espécies do mesmo: *verdadeiro amor* e o que é designado por *amor* simplesmente, ou *amores*.

O amor verdadeiro descreve-o como «um querer e um nam querer» que leva os que se amam a alegrar-se e a entristecer-se em uníssono. Este é o desejável amor entre os casados. Mas, quando dedica ao amor conjugal dois capítulos, chama-lhe «amicícia». Entende que é uma das mais excelentes coisas que um homem pode ter. Essa «tam suave amizade» permite o conforto recíproco nas fadigas, infortúnios e desgostos; cria uma intercomunicação que garante a guarda fiel dos segredos de cada cônjuge e o aconselhamento íntimo nas ocasiões em que faz falta. É justamente esta relação muito especial e diferente de todas as outras, que define ainda como «grande vínculo, grande amor, grande amicícia», que caracteriza o matrimônio. Por isto mesmo, este é um estado que «convem aos Reys e Principes e a toda nobre pessoa e assy tambem aos baxos e plebeyos»⁹.

A este amor verdadeiro, sólido e estável opõe-se o outro, veemente e furioso, que se não pode controlar porque «tem seus dardos com que fere e seus agulhões com que punge». Tanto a homens como a mulheres, embora por motivos diferentes. «O amor vence tudo», dada a violência do ímpeto nos primeiros e dada a natural brandura nas mulheres, «que qualquer coisa lhes faz andar a cabeça ao redor». Ao verdadeiro amor chega-se paulatinamente a partir da cuidadosa escolha do cônjuge e fazendo um caminho conjunto baseado em afagos, e não em brigas ou em feitiços e amadios.

Ao outro, impetuoso e irracional, não sabe bem como se chega, mas sabe que não vale a pena contrariá-lo, porque os obstáculos não têm outro efeito senão acicatá-lo. É, além disso, tão atrevido que não consegue ocultar-se. Este é o amor dos namorados, que os obriga a passar constantes perigos — morte, furtos, raptos —, a contínuas invenções — promessas e oferecimentos. O pior é que as «coitadas das donzelas» acreditam neles e são facilmente enganadas. Como exemplo verídico dá o daquela a quem o pretendente «jurou nam lhe tocar da cinta para baixo e depois atou-lha nos pees»¹⁰.

Nos homens casados, um tal amor torna-se ridículo e as próprias mulheres se riem deles, pretendendo apenas aproveitar o que materialmente lhe poderão extorquir. Entre elas inventaram até um provérbio alusivo a tais amores: «Amor de casado é amor escusado.»¹¹

O autor faz notar que, embora sabendo todos que a castidade é o estado da maior perfeição, se verifica que a maioria dos homens e das mulheres desejam o amor. Procuram alguns, legitimamente, o verdadeiro amor através do casamento, ou contentam-se outros com amores, satisfazendo os apetites momentâneos ou duradouros que caracterizam o amor dos namorados. Em um e outro caso são necessários certos expedientes. Os homens utilizam sobretudo promessas e presentes, as mulheres enfeites e pinturas. E uns e outras, alcoviteiras e bruxas. Para encurtar a distância física entre os

⁹ Ver especialmente *Espelho de Casados*, segunda parte, fls. XXII e XXIII.

¹⁰ Id., *ibid.*, segunda parte, fl. XXVII.

¹¹ O autor justifica ou exemplifica frequentemente o que diz com a citação de provérbios. Além do indicado, o autor registra mais dois provérbios que as mulheres aplicam ao amor de alguns tipos de homem: «Amor de moço he agoa em cesto»; «Amor de clérigo Jogo sem bulrra». (*Espelho de Casados*, fl. XXVII.)

namorados, o mais usual e eficaz é aproveitar os possíveis convívios furtivos com desconhecidos, especialmente as romarias. Aí se chegam a realizar, com certa frequência, casamentos clandestinos. A referência aos casamentos clandestinos relembra-nos a persistência dos casamentos negociados entre as famílias dos cônjuges em todas as classes sociais. Continua o matrimónio a ser entendido essencialmente como um contrato sacralizado pela Igreja e cujos objectivos não têm geralmente em consideração os sentimentos dos futuros cônjuges. Quem decidia eram, de facto, as partes interessadas, e as partes interessadas eram as famílias, e não os nubentes; sendo assim, não podemos admirar-nos se tantos casados (homens e mulheres), em todas as classes sociais, procuram fora do casamento a compensação para os desaires da vida em comum¹².

Num tratado escrito em louvor do casamento não se estranhará que o adultério apareça referido e, evidentemente, condenado. O que dá matéria para reflexão é o modo desapaixonado que o autor utiliza no tratamento do fenómeno. Fá-lo em diversas passagens bastante aprofundadamente. O que prova que era uma prática não só corrente, mas também relativamente aceite, embora condenada pelo direito e pela moral. Aliás, aos olhos do estudante de Salamanca, que aí redigiu pelo menos uma parte dessa obra, parecia exagerada a pena ordinária de adultério que recaía sobre a mulher, embora houvesse uma razão de peso para o considerar socialmente mais grave: o facto de nascerem filhos cujo pai se não saberia exactamente quem era.

Destinando-se o *Espelho de Casados* a exaltar, aos olhos dos homens, o estado de casado, lembra-lhes os malefícios que o seu próprio adultério lhes pode causar. Além de se tornarem ridículos por andarem a fazer as mesmas tristes figuras que os namorados solteiros e ociosos, tal facto é gravemente atentório do bem da sua família: desvia dela os cuidados e dinheiro a que está obrigado e é causa, muitas vezes, do adultério da própria esposa. Quanto ao adultério feminino, o autor esmera-se na enumeração das suas principais causas — o que terá o duplo objectivo de alertar os maridos e de aliviar as culpas das mulheres infiéis. Declara mesmo que «pela mayor parte a incontinência das casadas vem por culpa dos maridos» e a das solteiras por culpa dos homens em geral. Esta responsabilidade dos homens corporiza-se na sua persistência em alcançar o que desejam. Persistência que começa com suaves mensagens, ofertas e promessas, a que se seguem, com igual inoportunidade e maior eficácia, enganos e ameaças.

A esta atitude dos homens em geral para conquistar as mulheres juntam os casados algumas outras, específicas, que empurram as próprias esposas para o adultério:

Se eles próprios são adúlteros, porque hão-de admirar-se de as mulheres lhes não guardarem fidelidade?

Se faltam em casa com o dinheiro necessário para o governo dela, têm de compreender e aceitar que as esposas o busquem fora e recebam de outros (entre parênteses um comentário: a alguns deles não impressionaria muito esta advertência, visto que «folgão de comer o pão untado e, quando não têm dinheiro, folgão que lho dê sua mulher»).

¹² «(...) he notoreo nesta fraqueza cahirem todo genero de pessoas, assy altas como baixas (...)», diz quando se refere ao adultério feminino. (*Espelho de Casados*, primeira parte, fl. VIII.)

Os que se mostram ciumentos a ponto de manterem as mulheres tão resguardadas que as não deixam assumir à janela nem chegar à porta, proibindo-lhes as saídas, inclusive para irem à Igreja, erram. Porque a que se «não guarda por si nam se pode guardar com nhuns ferros».

Contudo, se alguns pecam por excesso, outros o fazem por mingua: não reparam na qualidade moral das mulheres que lhes frequentam a casa; fiam-se ingenuamente em compadres ou em hóspedes; consentem que as mulheres se misturem em ajuntamentos onde não é possível impedir que sejam «tocadas»¹³.

As atitudes ciumentas extremas encaminham as mulheres exactamente na direcção que os maridos pretendem vedar-lhes. O sentimento de estarem aprisionadas desperta nas mulheres o desejo de escaparem de qualquer modo a um tal desamparo humano. Parece ao autor que três circunstâncias ajudam a compreender a traição das esposas: no caso de o próprio marido atraiçoar a mulher, no caso de as mulheres que desejam a todo o custo ser mães não engravidarem (atribuindo a esterilidade ao marido) e no caso dos recém-casados (devido ao tal «furor» dos amores que torna os homens particularmente susceptíveis nesta matéria)¹⁴.

Como apontamento final, que não conclusão, parece-me importante registar nestes discursos sobre o casamento — discursos de três leigos que o experimentaram nas suas vidas e se mostram, dois deles, finos observadores da realidade circundante e o terceiro particularmente aplicado numa reflexão introspectiva — alguns aspectos.

Em primeiro lugar, durante o período em que se faz a transição do mundo medieval para o mundo moderno, a continuidade da concepção do casamento como contrato sacralizado, indissolúvel e cada vez mais apertadamente controlado pelos dois poderes cuja centralização, entretanto, se vai acentuando: a Igreja e o Estado.

Em segundo lugar, uma lenta evolução quanto ao modo de encarar a relação entre os cônjuges, que vai desde o modelo decalcado sobre a estrutura da sociedade civil — devendo a mulher ao marido um amor feito de lealdade e serviço — até ao ideal da vivência de um amor conjugal que é livre troca no plano afectivo e sexual, construído com empenho e enlevo por ambos os cônjuges. Foi uma mudança difícil nas mentalidades que passa por uma fase em que se admite cautelosamente um tal comportamento por parte do marido só em relação às «boas» mulheres.

Presente em todo este processo outra espécie de amor que, de modo subentendido ou explícito, é desejável, mas prescindível, entre marido e mulher. São os «amores» com uma forte componente afectiva por vezes, ou simplesmente ardente desejo de satisfação sexual. A realização deste tipo de amor através do adultério é apresentada como uma ameaça muito possível por Cristina de Pisano, voluntariamente silenciada por D. Duarte e exposta com placidez pelo Dr. João de Barros.

Neste autor encontramos sobre o amor um pensamento já moderno, que o leva, em relação ao adultério, não a condená-lo severamente ou a tentar negá-lo ou ignorá-lo, mas a compreendê-lo e a explicá-lo. Desta tentativa de compreensão de uma prática tão corrente como antiga, as mulheres saem especialmente beneficiadas. Mulheres das quais chega a dizer que comete-

¹³ Ver especialmente *op. cit.*, terceira parte, fls. XXXVIII-XLIV.

¹⁴ *Espelho de Casados*, primeira parte, fl. X.

rão o adultério porque «do marido que sempre teem na cama (...) ao menos às vezes se emfadara pollo muito costume: que nam a cousa tam prezada que nam avorreça pollo muyto uso porque a muyta familiaridade causa menospreço»¹⁵.

Amor, afectividade, casamento. Disto se falou um pouco, sobretudo como relação entre homens e mulheres, embora, a título genérico, referisse estes temas directamente às mulheres. Em alguns passos, essa referência terá ficado à vista. Noutros, menos aparente.

Da sexualidade, pouco ou nada foi dito. Claro que, sendo todos os seres humanos sexuados, as relações que estabelecem entre si estão sempre marcadas pelo sexo. Com maior razão as que, qualquer que seja o conteúdo que se dê ao termo, denominamos «amor» ou «amores». Mas o sentido que à partida atribuí à expressão (sexualidade) era o de práticas em que o corpo assume um papel de primeira plana. A leitura das obras citadas ensinou-nos que não é neste tipo de fontes que podem encontrar-se tais informações. Apenas algumas alusões que mostram a importância que lhes era atribuída, mas que, não tanto por pudor, como por se julgar dispensável pormenorizar o que de todos era conhecido, não são descritas com pormenor¹⁶.

O tratado do Dr. João de Barros visa declaradamente destruir os preconceitos masculinos contra o casamento. Preconceitos que se baseavam nos defeitos considerados parte da natureza feminina: ignorância, inconstância, incontinência.

Desta sorte, a obra manifesta a existência de uma campanha sistemática contra o género feminino e é, entre nós, uma resposta antecipada a essas acusações que na nossa literatura só mais tarde vão aparecer. Tanto assim é, que só em duas páginas o Dr. João de Barros cita mais de uma dezena de autores que nas línguas latina, castelhana, alemã e italiana publicaram textos desse teor¹⁷.

Para o Dr. João de Barros, as mulheres não são piores nem melhores do que os homens. Apenas são diferentes e essa diferença manifesta-se sobretudo pelo desejo da maternidade e pela fraqueza. Em virtude dessa diferença, têm na família papéis distintos e complementares¹⁸.

Natureza diferente e papéis complementares vão ser, durante séculos, o cavalo de batalha da «guerra dos sexos» que se desenrolou nos meios urbanos e que, por influência destes, acabou por se tornar extensiva a todos os outros. Sujeita a avanços e recuos, na legislação como no quotidiano, ela aí está, diante dos nossos olhos, quando nela nós não encontramos envolvidos.

¹⁵ *Espelho de Casados*, primeira parte, fl. X.

¹⁶ Uma inventariação dos guias ou manuais de confissão a que a autora está a proceder e um primeiro contacto com o conteúdo desta obra levam-na a pensar que este tipo de literatura nos fornece informações precisas sobre a sexualidade (tendo em conta as prescrições e os interditos impostos pela moral e sancionados pela lei e a frequência e a qualidade das infracções cometidas pelo comum das gentes de todas as classes sociais).

¹⁷ Mesmo em Portugal, alguns autores saíram à liça em defesa das mulheres. Penso que devemos considerar o Dr. João de Barros como o primeiro, embora essa não seja a intenção que o leva a escrever o *Espelho de Casados*. Mas, se quisermos alinhar apenas os livros devidos a autores portugueses e impressos em Portugal, a lista não é longa até finais do século XVII: Ruy Gonçalves, *Dos Privilegios e Prerogativa que o Genero Feminino Té*, Lisboa, 1557; Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal*, Coimbra, 1626; António de Sousa de Macedo, *Flores de España. Excelencias de Portugal*, Lisboa, 1631.

¹⁸ Estava fora do objectivo central da comunicação abordar os papéis femininos e masculinos, pelo que o não fazemos. Mas o *Espelho de Casados* fornece informações preciosas sobre o modo como o Dr. João de Barros os entendia — o que se patenteia de modo especialmente desenvolvido na segunda parte, ffs. XXV-XXVI.